

PIC

Programa para a Inclusão e Cidadania

2025



Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.

Ficha Técnica

Título

Programa para a Inclusão e Cidadania - PIC

Propriedade

Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.

Autoria

Unidade de Investigação, Formação e Desenvolvimento – INR, I.P.

Contactos

Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.

Av. Conde de Valbom, 63

1069-178 Lisboa

E-mail: inr@inr.mtsss.pt

URL: <https://www.inr.pt/inicio>

Data de publicação

Abril 2025

Índice

Enquadramento	5
Programa para a Inclusão e Cidadania – PIC.....	6
Objetivos Gerais	7
A quem se destina?	8
Entidades beneficiárias	10
Organização do percurso de sensibilização e capacitação	11
Construção das ações de sensibilização e capacitação.....	12
Garantia da acessibilidade	12
Recursos	13
Quadro síntese das ações de sensibilização e capacitação.....	14
Referencial de sensibilização e capacitação.....	29
Tipologia A.....	29
A1 - Promoção dos Direitos das Pessoas com deficiência	29
Tipologia B.....	30
B1 - Sistema de direitos das Pessoas com deficiência	30
B2 - Intervenção centrada na pessoa	32
B3 - Regime jurídico do maior acompanhado.....	33
B4 - Autonomia e vida independente	34
B5 - <i>Self advocacy</i> e autorrepresentação.....	35
B6 - Promoção da qualidade de vida das Pessoas com deficiência	36
B7 - Mediação Individualizada para a Inclusão	37
Tipologia C.....	38
C1 - A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com deficiência	38
C2 - Acessibilidade para a inclusão	39
C3 - Acessibilidade no ambiente construído	40
C4 - Acessibilidade digital.....	41
C5 - Acessibilidade à informação e comunicação	42
C6 - Atendimento Inclusivo	43
C7 - Linguagem e comunicação inclusiva	44
C8 - Capacitismo – desconstruindo estereótipos.....	45
C9 - Mediação para a inclusão	46
C10 - Mediação familiar	47
C11 - Mediação escolar	48
C12 - Mediação laboral e <i>job tutor</i>	49

C13 - Planos Individuais de Transição	50
C14 - Empregar Pessoas com deficiência – vantagens, condições e recursos	51
C15 - Vieses inconscientes e microagressões em ambientes corporativos	52
C16 - Planos organizacionais para a inclusão	53
C17 - Gestão por competências e desenvolvimento profissional de Pessoas com deficiência	54
C18 - Planos locais para a cidadania e inclusão	55
C19 - Conceção e avaliação de projetos inclusivos	56
C20 - Promoção do voluntariado mais inclusivo	58
C21 - Participação, representatividade e acessibilidades em projetos e equipamentos culturais.....	59
C22 - Afetos e sexualidade: diálogo aberto para a promoção dos direitos	61
C23 - Prevenção da violência contra Pessoas com deficiência	62
C24 - Medidas de autoproteção em situação de emergência	64

Enquadramento

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com deficiência, ratificada por Portugal em 2009, é o primeiro instrumento internacional juridicamente vinculativo que, estabelece padrões mínimos para proteger e salvaguardar uma ampla gama de direitos civis, políticos, sociais e económicos para as Pessoas com deficiência.

A mesma obriga os Estados Partes a desenvolver e adotar as medidas apropriadas para assegurar a implementação e modificar ou revogar leis, normas, costumes e práticas existentes que constituam discriminação contra Pessoas com deficiência.

Ao abrigo da Convenção, os Governos e as instituições atuam de forma a reconhecer a igualdade de direitos, de oportunidade e a inclusão plena, considerando as características de cada pessoa, a responsabilidade coletiva, qualificando e capacitando os contextos, acentuando como fundamental o direito à autodeterminação, a uma vida autónoma e à participação em todos os domínios da vida, enquanto condições para a efetivação da inclusão e exercício de direitos. De igual modo, a Convenção convoca os Estados Partes a promover a sensibilização de todos os agentes promotores da garantia de acesso e exercício dos direitos das Pessoas com deficiência.

A promoção dos direitos humanos das Pessoas com deficiência plasmada no modelo relacional e biopsicossocial de deficiência - em que assenta o paradigma da Convenção - convoca e responsabiliza toda a sociedade para a inclusão. As responsabilidades são complexas e pressupõem atitudes, conhecimentos e práticas profissionais ajustadas e uma consciência coletiva alinhada com este paradigma.

No seu artigo 8.º, a Convenção determina que os Estados Partes se comprometem a adotar medidas que assegurem e promovam a sensibilização de toda a sociedade para os direitos e dignidade das Pessoas com deficiência, eliminando o preconceito e promovendo a sua autonomia, participação e capacidades. Medidas essas que incluem a promoção de programas em matéria de sensibilização relativamente às Pessoas com deficiência e aos seus direitos.

Em Portugal, apesar das dinâmicas e evolução positiva no domínio normativo, estratégico, organizacional e profissional, nomeadamente após a Constituição de 1976 e na sequência da ratificação da Convenção, a sensibilização e capacitação públicos estratégicos, em diversas dimensões, com responsabilidades neste domínio, permanece uma necessidade.

É de relevar, igualmente, a dimensão de capacitação e sensibilização que a Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com deficiência 2021-2025 (ENIPD 2021-2025) requer e determina,

reconhecendo o papel fundamental da conscientização e conhecimento para a transformação de práticas profissionais e melhores decisões.

Neste contexto, e dando cumprimento ao artigo 8.º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com deficiência, surge o Programa para a Inclusão e Cidadania (PIC), constituído por um conjunto de ações de sensibilização e capacitação, dirigido às Pessoas com deficiência, suas famílias e públicos diversos que intervêm em múltiplas áreas. Pretende-se que este se constitua como um meio para a alteração de atitudes e práticas, alargando a base de conhecimentos, e simultaneamente, garantir que as Pessoas com deficiência participem em condições de igualdade em todas as áreas de vida, como é seu pleno direito e condição básica da cidadania.

Este Programa está também alinhado com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, contribuindo as ações para os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS): 1 – Erradicar a pobreza; 4 - Educação de qualidade; 8 – Trabalho digno e crescimento económico; 10 – Reduzir as desigualdades; 11 – Cidades e comunidades sustentáveis e 17 – Parcerias para a implementação dos objetivos.

O Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P. (INR, I.P.), como entidade responsável por assegurar o planeamento, a execução e coordenação das políticas nacionais destinadas a promover os direitos das Pessoas com deficiência, desempenha um papel fundamental na contribuição para que as medidas de política sejam implementadas de forma eficaz.

Neste âmbito, propõe-se, neste documento, conteúdos de referência nos domínios das ações de sensibilização e capacitação dirigidas às Pessoas com deficiência, famílias e demais públicos estratégicos. Estas linhas de orientação para diversos agentes do sistema, com práticas profissionais relacionadas com esta área de direitos humanos, serão o suporte para operacionalizar a sensibilização e capacitação de forma criteriosa, coerente e abrangente, possibilitando gerar mais-valias e verdadeiro impacto transformador no sentido de uma sociedade mais justa, coesa e inclusiva.

Programa para a Inclusão e Cidadania – PIC

O presente documento tem por objetivo definir as linhas orientadoras e conteúdos essenciais das ações de sensibilização e capacitação de públicos estratégicos, incluindo Pessoas com deficiência e incapacidade (PCDI) e suas famílias, consubstanciando o Referencial de base da Tipologia de Operação (TO) – Capacitação de públicos estratégicos para a cidadania e inclusão,

com vista à inclusão de PCDI, determinando o que será elegível para financiamento, pelo PT2030 – Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão, nomeadamente pelo Pessoas 2030.

Objetivos Gerais

O Programa para a Inclusão e Cidadania pretende através de ações de sensibilização e capacitação dirigidas a públicos estratégicos, em setores transversais, promover na sociedade portuguesa a inclusão e o exercício pleno da cidadania das Pessoas com deficiência.

Visa sensibilizar atores estratégicos para as necessidades e responsabilidades inerentes ao reconhecimento dos direitos, dignidade e inclusão das Pessoas com deficiência e suas famílias. Procura sensibilizar os agentes de diversas áreas de intervenção, a reconhecer e implementar medidas promotoras da autonomia e participação com base nas capacidades e talentos de cada pessoa, concretizando o acesso e exercício à cidadania.

A disponibilização do referencial contante neste documento pretende harmonizar um conjunto de conhecimentos e estratégias de atuação, basilares à inclusão das Pessoas com deficiência, disseminando saberes e capacitando, de forma transversal.

O Programa para a Inclusão e Cidadania visa promover a sensibilização e capacitação de:

- Pessoas com deficiência ou incapacidade e suas famílias para o exercício dos seus direitos de promoção da participação, dignidade e autonomia e vida independente e também para os seus deveres;
- Todos os públicos estratégicos para o conhecimento, implementação e cumprimento do definido pela Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com deficiência;
- Dirigentes do setor público para a necessidade de adotarem as medidas legislativas, administrativas e de outra natureza que visam o cumprimento dos direitos das Pessoas com deficiência e promoverem culturas inclusivas nos seus domínios de atuação;
- Pessoas em lugares de decisão em processos de criação de políticas e programas inclusivos;
- Profissionais de organizações e entidades que desenvolvem ações promotoras para a eliminação de práticas discriminatórias em razão da deficiência e do risco agravado de saúde;
- Profissionais responsáveis pela conceção e desenvolvimento de bens, serviços, equipamentos e instalações para a mais-valia da adoção do desenho universal.

A quem se destina?

Este programa encontra-se organizado em função de 4 grandes tipologias de públicos estratégicos:

- Pessoas com deficiência ou incapacidade e suas famílias, responsáveis legais e cuidadores/as informais;
- Dirigentes e profissionais que desenvolvam a sua atividade no âmbito da intervenção, apoio e inclusão das Pessoas com deficiência;
- Dirigentes e profissionais com responsabilidade técnica na Administração Pública central e local, cujas funções contribuam para a inclusão das Pessoas com deficiência;
- Grupos de profissionais cujas funções contribuam para a promoção de direitos e a inclusão das Pessoas com deficiência.

Neste âmbito, e de uma forma mais pormenorizada são entendidos como públicos estratégicos os seguintes:

- Pessoas com deficiência ou incapacidade;
- Famílias de Pessoas com deficiência ou incapacidade;
- Dirigentes e profissionais com responsabilidade técnica nas Organizações Não Governamentais de Pessoas com deficiência (ONGPD), reconhecidas e registadas no INR, I.P., (conforme legislação em vigor);
- Dirigentes e profissionais com responsabilidade técnica de organizações do setor social que, não tendo estatuto de ONGPD, desenvolvam respostas sociais dirigidas a Pessoas com deficiência;
- Assistentes pessoais e equipas técnicas que desenvolvem atividade na resposta social Serviço de Apoio à Vida Independente (SAVI), no âmbito do Modelo de Apoio à Vida Independente em Portugal;
- Profissionais com responsabilidade técnica em intervenção social que, independentemente da organização com que têm vínculo profissional, desenvolvam atividades no domínio da inclusão das Pessoas com deficiência, com vista à sua autonomia, autodeterminação e participação;
- Dirigentes e profissionais com responsabilidade técnica das administrações públicas central e local, cujas funções contribuam para a inclusão das Pessoas com deficiência – saúde, educação, proteção e intervenção social, cultura, justiça, administração interna, infraestruturas, ordenamento do território, avaliação e licenciamento de intervenções,

gestão de recursos humanos e desenvolvimento de pessoas, responsáveis por tecnologias de informação, técnicos e técnicas de orientação profissional, etc.;

- Profissionais do setor da justiça (magistrados e magistradas, procuradores e procuradoras, advogados e advogadas);
- Forças de segurança e proteção civil;
- Docentes; pessoal não docente e outros profissionais da área da educação;
- Investigadores ou investigadoras;
- Profissionais de saúde (médicos e médicas, enfermeiros e enfermeiras; técnicos e técnicas de reabilitação);
- Psicólogos e psicólogas;
- Arquitetos e arquitetas, engenheiros e engenheiras.
- Jornalistas e profissionais de *media*;
- Profissionais de comunicação, publicidade e marketing;
- Profissionais da área da gestão de recursos humanos e de desenvolvimento de pessoas;
- Outros profissionais e agentes com funções ou responsabilidades na promoção da cidadania e de uma sociedade mais inclusiva.

Entidades beneficiárias

Podem candidatar-se a financiamento desta da TO, todas as entidades abaixo designadas, desde que desenvolvam, comprovadamente, atividades no domínio da inclusão das Pessoas com deficiência e dos direitos humanos:

- Organizações Não Governamentais das Pessoas com Deficiência (ONGPD), classificadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 106/2013, de 30 de julho e da Portaria n.º 7/2014, de 13 de janeiro;
- Organizações do setor social que, não tendo o estatuto de ONGPD, promovem respostas sociais para Pessoas com deficiência financiadas por fundos públicos (IPSS);
- Entidades da administração pública central direta ou indireta, da administração local, inclusive do Setor Público Empresarial;
- Organizações não governamentais, que intervenham na promoção dos direitos humanos, cidadania e desenvolvimento;
- Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes no Referencial PIC, nomeadamente:
 - Ordem dos Psicólogos;
 - Ordem dos Assistentes Sociais;
 - Ordem dos Advogados;
 - Ordem dos Arquitetos;
 - Ordem dos Engenheiros;
 - Ordem dos Engenheiros Técnicos;
 - Ordem dos Médicos;
 - Ordem dos Enfermeiros.

Com vista à manutenção da qualidade das ações e que funcione como interlocutor preferencial na articulação das tarefas e interações necessárias à execução das mesmas, considera-se que na conceção e implementação da operação a financiar no âmbito do Programa para a Cidadania e Inclusão - PIC, é recomendável a entidade beneficiária procurar garantir a existência de um coordenador ou coordenadora.

Este ou esta deverá, preferencialmente, apresentar experiência em coordenação e desenvolvimento de projetos na área da inclusão e promoção dos direitos das Pessoas com deficiência.

Organização do percurso de sensibilização e capacitação

A abrangência e objetivos deste Programa, no que aos conteúdos e à multiplicidade de públicos a quem se destina diz respeito, pressupõe um conjunto de temas de sensibilização transversais e obrigatórios, pela importância que revestem para a compreensão e enquadramento de conceitos sobre os quais assentam os restantes temas mais específicos e orientados.

Face à diversidade e multiplicidade de áreas de intervenção e características distintas dos diversos setores de atuação recomenda-se a participação adicional nos programas de sensibilização dirigidos, especificamente, aos diferentes setores e públicos estratégicos.

Assim, o PIC encontra-se organizado em três tipologias de ações (tabela 1), designadamente:

- Tipologia A – ação de natureza transversal, de carácter obrigatório, à participação de ações das tipologias B e C;
- Tipologia B – ações com matérias específicas destinadas a Pessoas com deficiência ou incapacidade (PCDI), suas famílias e profissionais que desempenham funções em ONGPD e respostas sociais dirigidas a Pessoas com deficiência ou incapacidade;
- Tipologia C – ações com matérias específicas destinadas a profissionais com funções ou responsabilidades na promoção da cidadania e de uma sociedade mais inclusiva, bem como Pessoas com deficiência ou incapacidade (PCDI), suas famílias e profissionais que desempenham funções em ONGPD.

Tabela 1 - Resumo das tipologias das ações por públicos estratégicos:

	Tipologia A	Tipologia B	Tipologia C
Todos os públicos estratégicos	A1		
Específicos para PCDI, famílias de PCDI e profissionais do setor social na área da inclusão das pessoas com deficiência		B1 a B7	
Específicos para profissionais com funções ou responsabilidades na promoção da cidadania e de uma sociedade mais inclusiva, bem como Pessoas com deficiência ou incapacidade (PCDI), suas famílias e profissionais que desempenham funções em ONGPD			C1 a C24

Construção das ações de sensibilização e capacitação

O conjunto das ações de sensibilização e capacitação a realizar no âmbito do PIC, deve contemplar obrigatoriamente a ação da tipologia A, agregando ações das tipologias B e ou C, de acordo com os públicos-alvo a que se destina, sendo a participação na ação da tipologia A um pré-requisito para as pessoas que participem nas ações das tipologias B e C.

Cada entidade beneficiária deve adotar um conjunto de ações de sensibilização e capacitação que considere dar resposta às necessidades do seu público-alvo, podendo contemplar todas as ações ou optar por seleccionar algumas das tipologias B e C, de entre as várias disponibilizadas no Referencial.

Garantia da acessibilidade

As ações financiadas por esta TO, devem garantir condições de acessibilidades físicas, digitais e de comunicação, onde se inclui a interpretação em Língua Gestual Portuguesa (LGP), quando envolverem pessoas Surdas (cuja língua materna é LGP), quer sejam participantes ou oradores/oradoras.

Recursos

- [Acessibilidades](#)
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima ([APAV](#))
- Comissão de Proteção às Vítimas de Crime ([CPVC](#))
- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género ([CIG](#))
- [Confederação Portuguesa do Voluntariado](#)
- [Constituição da República Portuguesa](#)
- [Convenção](#) das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência;
- [Cooperativa António Sérgio para a Economia Social](#)
- [Decreto-Lei n.º 202/96, de 23 de outubro](#) - Estabelece o regime de avaliação de incapacidade das pessoas com deficiência para efeitos de acesso às medidas e benefícios previstos na lei
- [Decreto-Lei n.º 82/2022 de 6 de dezembro](#) - Transpõe a Diretiva (UE) 2019/882, relativa aos requisitos de acessibilidade de produtos e serviços
- [Decreto-Lei n.º 83/2018, de 19 de outubro](#) - Define os requisitos de acessibilidade dos sítios web e das aplicações móveis de organismos públicos, transpondo a Diretiva (UE) 2016/2102
- [Educação Inclusiva](#)
- [Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025](#)
- Estrutura de Missão para a Promoção das Acessibilidades ([EMPA](#))
- Guia Prático - Os Direitos das Pessoas com Deficiência
- [Lei n.º 38/2004, de 18 de agosto](#) - Define as bases gerais do regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência
- [Lei n.º 46/2006, de 28 de agosto](#) - Proíbe e pune a discriminação em razão da deficiência e da existência de risco agravado de saúde
- [Lei n.º 49/2018, de 14 de agosto](#) - Regime Jurídico do Maior Acompanhado
- [Página do Observatório da Deficiência e Direitos Humanos](#)
- [Portaria n.º 415/2023, de 7 de dezembro](#) - Estabelece as condições de criação, instalação, organização e funcionamento a que deve obedecer a resposta social serviço de assistência pessoal de apoio à pessoa com deficiência ou incapacidade que assenta no desenvolvimento do Modelo de Apoio à Vida Independente
- United Nations Office for Disaster Risk Reduction ([UNDRR](#))
- [Vida Independente](#)

Quadro síntese das ações de sensibilização e capacitação

AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO						
Tipologia	Código	Designação da ação	Objetivos	Duração (Nº horas)	Pessoas Destinatárias	Entidades Beneficiárias
A	A1	Promoção dos Direitos das Pessoas com deficiência	- Compreender a importância da promoção dos direitos das Pessoas com deficiência; - Reconhecer o papel individual e coletivo de cada pessoa enquanto agente promotor da inclusão das Pessoas com deficiência.	12	Todos os públicos estratégicos.	Todas as entidades elegíveis.
	B1	Sistema de direitos das Pessoas com deficiência	- Compreender o quadro legal e normativo de referência, nacional e internacional relativo aos direitos das Pessoas com deficiência; - Identificar os mecanismos disponíveis para a proteção e promoção dos direitos das Pessoas com deficiência em Portugal; - Sensibilizar para a necessidade de uma articulação permanente entre diversos agentes e intervenientes, para garantir a implementação de práticas alinhadas com o sistema de direitos.	12	PCDI, suas famílias e profissionais que desempenham funções em ONGPD e respostas sociais dirigidas a PCDI.	ONGPD; Entidades da administração pública central e local.
	B2	Intervenção centrada na pessoa	- Compreender os princípios e valores da intervenção centrada na pessoa, reconhecendo a sua importância para a promoção dos direitos das pessoas com deficiência; - Reconhecer a importância da intervenção responder às necessidades específicas de cada pessoa com deficiência; - Promover a aplicação da abordagem centrada na pessoa nos contextos de apoio, garantindo que as necessidades e preferências da pessoa com deficiência sejam respeitadas nas decisões e práticas de inclusão.	8	Profissionais que desempenham funções em ONGPD ou respostas sociais na área da deficiência. Outros profissionais e agentes com funções ou responsabilidades na promoção da cidadania e de uma sociedade mais inclusiva.	ONGPD; Entidades do setor social.
	B3	Regime jurídico do maior acompanhado	Compreender o enquadramento legal do regime jurídico do maior acompanhado (RJMA) em Portugal,	6	PCDI, suas famílias e profissionais que	ONGPD;

AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO						
Tipologia	Código	Designação da ação	Objetivos	Duração (Nº horas)	Pessoas Destinatárias	Entidades Beneficiárias
			identificando os seus princípios, objetivos e destinatários; - Reconhecer os direitos e deveres das Pessoas com deficiência no âmbito deste regime; - Conhecer o processo de aplicação do RJMA, desde o requerimento até à decisão, e o papel dos diferentes intervenientes; - Identificar as responsabilidades do acompanhante, compreendendo o seu impacto no apoio à pessoa acompanhada.		desempenham funções em ONGPD e respostas sociais dirigidas a PCDI.	Entidades da administração pública central.
	B4	Autonomia e vida independente	- Reconhecer a importância da autonomia e da vida independente como pilares fundamentais para a inclusão e a efetivação dos direitos das Pessoas com deficiência; - Compreender os princípios subjacentes à promoção dos direitos das Pessoas com deficiência, com enfoque na autodeterminação e na participação ativa na sociedade; - Promover atitudes que incentivem a participação ativa das Pessoas com deficiência na tomada de decisões que afetam as suas vidas.	8	PCDI, suas famílias e profissionais que desempenham funções em ONGPD e respostas sociais dirigidas a PCDI.	ONGPD.
	B5	<i>Self advocacy</i> e autorrepresentação	- Compreender o conceito de <i>self advocacy</i> e o seu papel na promoção dos direitos das Pessoas com deficiência; - Reconhecer a importância da autorrepresentação como ferramenta essencial para a participação ativa nas decisões que afetam a vida pessoal e comunitária; - Reconhecer o papel enquanto agente de mudança e defensor dos próprios direitos e dos direitos da comunidade.	8	PCDI.	ONGPD.

AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO						
Tipologia	Código	Designação da ação	Objetivos	Duração (Nº horas)	Pessoas Destinatárias	Entidades Beneficiárias
	B6	Promoção da qualidade de vida das Pessoas com deficiência	- Compreender o conceito de qualidade de vida; - Reconhecer a importância da participação ativa das Pessoas com deficiência na promoção da sua qualidade de vida; - Incentivar a criação e desenvolvimento de parcerias e redes de apoio.	8	PCDI, suas famílias e profissionais que desempenham funções em ONGPD e respostas sociais dirigidas a PCDI.	ONGPD; Entidades do setor social; Entidades da administração pública central e local; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial
	B7	Mediação Individualizada para a Inclusão	Apoiar Pessoas com deficiência na transição entre vida escolar e projetos na comunidade; projetos de vida independente, de desinstitucionalização, etc.	Até 30	Pessoas com deficiência e suas famílias.	ONGPD.
C	C1	A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com deficiência	- Compreender os princípios fundamentais e os objetivos da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com deficiência (CDPD); - Reconhecer a importância da CDPD como instrumento internacional de proteção e promoção dos direitos das Pessoas com deficiência; - Conhecer os artigos da CDPD e a sua aplicação prática nas políticas e práticas de inclusão em Portugal; - Incorporar os princípios da CDPD no planeamento e implementação de estratégias de inclusão.	8	Profissionais que desempenham funções em ONGPD e respostas sociais dirigidas a PCDI. Outros profissionais e agentes com funções ou responsabilidades na promoção da cidadania e de uma sociedade mais inclusiva.	ONGPD; Entidades do setor social; Entidades da administração pública central e local; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial
	C2	Acessibilidade para a inclusão	Compreender os principais conceitos, normativos legais e instrumentos nacionais e internacionais relacionados com a acessibilidade e os direitos das Pessoas com deficiência;	8	Profissionais que desempenham funções em ONGPD e respostas sociais dirigidas a PCDI.	ONGPD; Entidades do setor social; Entidades da administração pública central e local;

AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO						
Tipologia	Código	Designação da ação	Objetivos	Duração (Nº horas)	Pessoas Destinatárias	Entidades Beneficiárias
			- Reconhecer a importância da acessibilidade como um direito fundamental e indispensável para a inclusão plena das Pessoas com deficiência; - Identificar barreiras físicas, comunicacionais, digitais e atitudinais que dificultam a participação das Pessoas com deficiência na sociedade.		Outros profissionais e agentes com funções ou responsabilidades na promoção da cidadania e de uma sociedade mais inclusiva. Outros profissionais e agentes com funções ou responsabilidades na promoção da cidadania e de uma sociedade mais inclusiva.	Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial
	C3	Acessibilidade no ambiente construído	- Identificar os principais requisitos técnicos e normativos relacionados com a acessibilidade no ambiente construído; - Reconhecer a importância de eliminar barreiras arquitetónicas e urbanísticas para garantir a igualdade de acesso e utilização por parte das Pessoas com deficiência; - Promover a integração de práticas de design inclusivo em todas as fases de desenvolvimento de projetos, considerando as necessidades de todas as pessoas.	12	Profissionais da administração central e local com responsabilidades na área e cuja atividade se relacione com as acessibilidades ao meio construído. Profissionais de arquitetura e engenharia.	ONGPD; Entidades da administração pública central e local; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial
	C4	Acessibilidade digital	- Reconhecer a importância da acessibilidade digital como um direito essencial para garantir a inclusão das Pessoas com deficiência; - Identificar os principais requisitos de acessibilidade digital;	8	Profissionais cuja atividade se relacione com as acessibilidades digitais. Outros profissionais e agentes com funções ou responsabilidades na promoção da cidadania e	ONGPD; Entidades da administração pública central e local; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com

AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO						
Tipologia	Código	Designação da ação	Objetivos	Duração (Nº horas)	Pessoas Destinatárias	Entidades Beneficiárias
			Promover a acessibilidade digital como parte integrante de políticas e estratégias organizacionais, sensibilizando equipas e <i>stakeholders</i> para a sua importância.		de uma sociedade mais inclusiva.	conteúdos constantes neste referencial EPE.
	C5	Acessibilidade à informação e comunicação	- Reconhecer a importância da acessibilidade à informação e comunicação como elemento essencial para a inclusão das Pessoas com deficiência e para o exercício pleno dos seus direitos; - Identificar barreiras comunicacionais que dificultam o acesso à informação por parte das Pessoas com deficiência; - Sensibilizar para a importância de utilizar plataformas e tecnologias acessíveis, promovendo o acesso universal à informação e à comunicação.	8	Profissionais cuja atividade se relacione com as acessibilidades à informação e comunicação. Outros profissionais e agentes com funções ou responsabilidades na promoção da cidadania e de uma sociedade mais inclusiva.	ONGPD; Entidades da administração pública central e local; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial
	C6	Atendimento inclusivo	- Reconhecer a importância de um atendimento inclusivo como um direito e um meio para promover a igualdade de oportunidades; - Identificar as necessidades específicas das Pessoas com deficiência; - Assegurar um atendimento mais inclusivo; - Promover uma cultura de atendimento inclusivo nas organizações, sensibilizando para a adoção de práticas que eliminem barreiras e fomentem a inclusão.	12	Profissionais cuja atividade se relacione com o atendimento.	Entidades da administração pública central e local; ONGPD.
	C7	Linguagem e comunicação inclusiva	Reconhecer a importância da linguagem inclusiva como ferramenta essencial para promover a inclusão, a igualdade de oportunidades e a participação das Pessoas com deficiência;	8	Profissionais na área da inclusão das Pessoas com deficiência. Profissionais de comunicação e marketing. Profissionais	ONGPD; Entidades do setor social; Entidades da administração pública central e local; ONG; Ordens Profissionais,

AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO						
Tipologia	Código	Designação da ação	Objetivos	Duração (Nº horas)	Pessoas Destinatárias	Entidades Beneficiárias
			- Identificar barreiras comunicacionais e vieses inconscientes que podem influenciar o pensamento e a linguagem; - Adotar práticas de comunicação acessível, desenvolvendo materiais informativos e de comunicação em formatos acessíveis; - Promover a comunicação inclusiva como parte de estratégias organizacionais, sensibilizando para a sua relevância na construção de ambientes seguros e inclusivos.		cuja atividade se relacione com as acessibilidades à informação e comunicação. Outros e outras profissionais e agentes com funções ou responsabilidades na promoção da cidadania e de uma sociedade mais inclusiva.	cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial
	C8	Capacitismo - desconstruindo estereótipos	- Reconhecer o capacitismo como uma forma de discriminação; - Identificar estereótipos e preconceitos associados à deficiência, compreendendo as suas consequências e vieses inconscientes; - Reconhecer a importância de desconstruir crenças e atitudes capacitistas, adotando uma postura crítica e reflexiva perante práticas discriminatórias.	6	Profissionais na área da inclusão das Pessoas com deficiência. Profissionais de comunicação e marketing. Profissionais cuja atividade se relacione com as acessibilidades à informação e comunicação. Outros profissionais e agentes com funções ou responsabilidades na promoção da cidadania e de uma sociedade mais inclusiva.	ONGPD; Entidades do setor social; Entidades da administração pública central e local.
	C9	Mediação para a inclusão	Compreender o conceito de mediação para a inclusão e o seu papel na promoção da igualdade de oportunidades;	8	PCDI, suas famílias e profissionais que desenvolvem atividades	ONGPD; Entidades do setor social; Entidades

AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO						
Tipologia	Código	Designação da ação	Objetivos	Duração (Nº horas)	Pessoas Destinatárias	Entidades Beneficiárias
			- Reconhecer os princípios e as práticas da mediação para a inclusão; - Sensibilizar as famílias e profissionais para a criação de soluções colaborativas e inclusivas durante a mediação, respeitando os direitos, a individualidade e a autodeterminação das Pessoas com deficiência.		no domínio da inclusão das Pessoas com deficiência.	da administração pública central e local; ONG; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial
	C10	Mediação familiar	- Compreender o conceito de mediação, identificando os seus princípios, objetivos e benefícios para a resolução de conflitos no contexto familiar das Pessoas com deficiência; - Identificar situações em que a mediação familiar pode ser aplicada, assegurando a proteção dos direitos e interesses das Pessoas com deficiência e das suas famílias; - Conhecer os papéis e responsabilidades do e das mediadoras e das partes.	12	PCDI, suas famílias e profissionais na área da inclusão das Pessoas com deficiência.	ONGPD; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial Entidades da administração pública central e local.
	C11	Mediação escolar	- Compreender os princípios da mediação escolar, reconhecendo a sua importância para promover a inclusão; - Reconhecer a importância de identificar as necessidades específicas dos/as alunos/as com deficiência em contexto escolar; - Promover a colaboração entre família, profissionais de educação e alunos com deficiência no processo de mediação escolar;	12	PCDI, suas famílias. Docentes e outros profissionais com responsabilidades no domínio do regime da educação inclusiva. Associações de pais.	ONGPD; Entidades da administração pública central e local; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial

AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO						
Tipologia	Código	Designação da ação	Objetivos	Duração (Nº horas)	Pessoas Destinatárias	Entidades Beneficiárias
			Sensibilizar todos os envolvidos no processo escolar para a importância de uma abordagem inclusiva na resolução de conflitos, promovendo um ambiente escolar que respeite a diversidade.			
	C12	Mediação laboral e <i>job tutor</i>	- Compreender o conceito de mediação laboral e o papel do <i>job tutor</i> como ferramentas essenciais para promover a inclusão e o sucesso profissional das Pessoas com deficiência no ambiente de trabalho; - Identificar as necessidades específicas dos trabalhadores com deficiência no contexto laboral, aplicando estratégias de mediação para resolver conflitos e promover uma integração plena e eficaz; - Aplicar boas práticas de mediação laboral para garantir um ambiente de trabalho inclusivo, acessível e respeitoso, promovendo a colaboração entre todos os envolvidos, incluindo o trabalhador, o empregador e os colegas de trabalho; - Sensibilizar as famílias e os profissionais para a importância de criar uma rede de apoio eficaz, envolvendo o <i>job tutor</i>, a equipa de recursos humanos e os serviços de apoio à inclusão, assegurando a plena integração das Pessoas com deficiência no mercado de trabalho.	12	PCDI, suas famílias. Profissionais na área dos recursos humanos.	ONGPD; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial
	C13	Planos Individuais de Transição	Compreender os princípios e a importância dos Planos Individuais de Transição (PIT), reconhecendo o seu papel na preparação de discentes com deficiência na transição para a vida adulta;	8	Docentes e outros profissionais com responsabilidades no domínio da educação inclusiva. Associações de pais.	ONGPD; Entidades da administração pública central e local; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja

AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO						
Tipologia	Código	Designação da ação	Objetivos	Duração (Nº horas)	Pessoas Destinatárias	Entidades Beneficiárias
			- Reconhecer a importância de envolver os alunos no processo de construção do seu PIT, assegurando que as suas preferências e aspirações sejam consideradas; - Promover uma abordagem integrada entre a escola e as diversas entidades envolvidas no PIT, com vista a criar uma rede de apoio que facilite a transição do aluno para a vida adulta.			relacionada com conteúdos constantes neste referencial
	C14	Empregar Pessoas com deficiência – vantagens, condições e recursos	- Compreender as vantagens corporativas de contratar Pessoas com deficiência; - Conhecer condições necessárias à integração e desenvolvimento profissional das Pessoas com deficiência; - Conhecer os apoios à contratação de Pessoas com deficiência.	4	Dirigentes e equipas de recursos humanos.	ONGPD; ONG Entidades do setor social; Entidades da administração pública central e local. Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial
	C15	Vieses inconscientes e microagressões em ambientes corporativos	- Compreender os conceitos de vieses inconscientes e microagressões, reconhecendo como estas atitudes afetam as Pessoas com deficiência e comprometem a construção de ambientes corporativos inclusivos; - Identificar exemplos de vieses inconscientes e microagressões em contextos profissionais; - Promover estratégias para prevenir e gerir microagressões em ambientes corporativos, assegurando que as práticas e políticas organizacionais promovam a inclusão;	8	Profissionais da área da gestão de pessoas. Dirigentes, técnicas e técnicos setor público e privado.	ONGPD; Entidades do setor social; Entidades da administração pública central e local; ONG; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial

AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO						
Tipologia	Código	Designação da ação	Objetivos	Duração (Nº horas)	Pessoas Destinatárias	Entidades Beneficiárias
			Sensibilizar para a importância de criar uma cultura corporativa inclusiva, eliminando atitudes e comportamentos que reforcem discriminações ou estereótipos em relação às Pessoas com deficiência.			
	C16	Planos organizacionais para a inclusão	- Compreender a importância de implementar planos organizacionais para a inclusão, reconhecendo o seu papel na promoção dos direitos das Pessoas com deficiência e na construção de ambientes inclusivos; - Identificar os elementos essenciais de um plano organizacional para a inclusão; - Reconhecer a importância de avaliar e monitorizar a eficácia dos planos organizacionais para a inclusão.	12	Profissionais na área dos recursos humanos e desenvolvimento organizacional.	ONGPD; ONG; Entidades do setor social; Entidades da administração pública central e local. Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial
	C17	Gestão por competências e desenvolvimento profissional de Pessoas com deficiência	- Compreender a importância da gestão por competências e do desenvolvimento profissional de Pessoas com deficiência no contexto organizacional, reconhecendo o valor da diversidade e a inclusão como fatores de sucesso; - Reconhecer a importância de implementar processos de gestão por competências que favoreçam a adaptação e o desenvolvimento profissional; - Promover o desenvolvimento de planos de carreira, que assegurem a igualdade de oportunidades; - Sensibilizar a organização para a importância de criar um ambiente de trabalho inclusivo.	12	Profissionais na área dos recursos humanos e desenvolvimento organizacional.	ONGPD; ONG; Entidades do setor social; Entidades da administração pública central; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial

AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO						
Tipologia	Código	Designação da ação	Objetivos	Duração (Nº horas)	Pessoas Destinatárias	Entidades Beneficiárias
	C18	Planos locais para a cidadania e inclusão	- Compreender a importância dos planos locais para a promoção da cidadania e inclusão das Pessoas com deficiência, enquanto instrumentos estratégicos de transformação social; - Identificar os principais desafios e oportunidades na implementação de iniciativas locais que promovam a inclusão e os direitos das Pessoas com deficiência; - Promover práticas colaborativas na definição de estratégias locais, envolvendo diferentes stakeholders, incluindo Pessoas com deficiência, suas famílias e organizações representativas; - Sensibilizar para a necessidade de criar iniciativas locais que assegurem acessibilidade universal, igualdade de oportunidades e o pleno exercício da cidadania.	12	Dirigentes e técnicos/as da administração pública local.	ONGPD; ONG; Entidades da administração pública local.
	C19	Conceção e avaliação de projetos inclusivos	- Compreender os princípios fundamentais da inclusão e aplicá-los na conceção e gestão de projetos inclusivos; - Mobilizar ferramentas e metodologias de gestão de projetos para implementar iniciativas inclusivas; - Promover o envolvimento de stakeholders relevantes, incluindo Pessoas com deficiência, suas famílias e organizações representativas, na conceção e execução de projetos inclusivos; - Reconhecer a importância de monitorizar e avaliar projetos inclusivos, garantindo que os resultados contribuem para a promoção dos direitos das Pessoas com deficiência.	12	Profissionais que desempenham funções em ONGPD ou respostas sociais na área da deficiência. Outros profissionais e agentes com funções ou responsabilidades na promoção da cidadania e de uma sociedade mais inclusiva.	ONGPD; Entidades do setor social; Entidades da administração pública central e local; ONG; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial
	C20	Promoção do voluntariado Inclusivo	Reconhecer o voluntariado como ferramenta de inclusão social das Pessoas com deficiência;	8	Pessoas com deficiência, suas famílias e profissionais na área da	ONGPD; Entidades do setor social; Entidades da administração pública

AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO						
Tipologia	Código	Designação da ação	Objetivos	Duração (Nº horas)	Pessoas Destinatárias	Entidades Beneficiárias
			- Compreender a mudança de paradigma das Pessoas com deficiência no voluntariado; - Perceber o papel das organizações promotoras de voluntariado na promoção da inclusão das Pessoas com deficiência; - Reconhecer a importância da prática do voluntariado por Pessoa com deficiência.		inclusão das Pessoas com deficiência. Outros profissionais e agentes com funções ou responsabilidades na promoção da cidadania e de uma sociedade mais inclusiva.	central e local; ONG; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial
	C21	Participação, representatividade e acessibilidades em projetos e equipamentos culturais	- Compreender os princípios fundamentais da inclusão e aplicá-los na conceção e gestão de atividades e equipamentos culturais; - Conhecer as condições, os fundamentos e as abordagens de promoção das acessibilidades ao meio contruído, de comunicação e informação no domínio das atividades e equipamentos culturais; - Sensibilizar para importância da participação e representatividade na definição de projetos e atividades; - Partilhar boas práticas.	16	Profissionais que desenvolvem atividades em entidades, projetos e equipamentos culturais.	ONGPD, ONG, entidades da administração central e local. Entidades da área da cultura com estatuto EPE e Setor público empresarial
	C22	Afetos e sexualidade: diálogo aberto para a promoção dos direitos	- Compreender a importância dos afetos e da sexualidade como dimensões fundamentais do desenvolvimento humano, reconhecendo os direitos das Pessoas com deficiência neste âmbito; - Identificar barreiras e preconceitos relacionados com os afetos e a sexualidade das Pessoas com deficiência, promovendo uma visão inclusiva e respeitadora da sua autonomia;	12	PCDI, suas famílias e profissionais que desempenham funções em ONGPD e respostas sociais dirigidas a PCDI. Outros profissionais e agentes com funções ou responsabilidades na promoção da cidadania e	ONGPD; Entidades do setor social; Organizações representativas de profissionais de saúde, da educação, da ação social e da psicologia. Entidades. Administração pública central e local.

AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO						
Tipologia	Código	Designação da ação	Objetivos	Duração (Nº horas)	Pessoas Destinatárias	Entidades Beneficiárias
			- Sensibilizar para a importância de criar contextos seguros que permitam às Pessoas com deficiência explorar e viver a sua afetividade e sexualidade; - Identificar recursos e serviços de apoio especializados que possam ser úteis na promoção da educação para os afetos e a sexualidade no contexto das Pessoas com deficiência.		de uma sociedade mais inclusiva.	
	C23	Prevenção da violência contra Pessoas com deficiência	- Identificar e compreender os diferentes tipos de violência e as suas características específicas; - Reconhecer os direitos das Pessoas com deficiência no contexto da violência; - Identificar os sinais que podem indicar que uma Pessoa com deficiência está a ser vítima dos diferentes tipos de violência; - Compreender que existem condições específicas que colocam as PCD numa situação de vulnerabilidade acrescida (idade, sexo, género, orientação sexual, etnia e religião); - Identificar estratégias de autoproteção e prevenção, que permitam mitigar situações de risco e comportamentos violentos; - Mobilizar serviços e recursos disponíveis para apoio e intervenção em casos de violência contra Pessoas com deficiência.	12	PCDI, suas famílias e profissionais que desempenham funções em ONGPD e respostas sociais dirigidas a PCDI. Profissionais das forças de segurança. Profissionais de saúde. Profissionais da Justiça. Outros profissionais e agentes com funções ou responsabilidades na promoção da cidadania e da inclusão.	ONGPD; ONG, Entidades do setor social; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial; Entidades da Administração pública central e local.
	C24	Medidas de autoproteção em situação de emergência	- Compreender as necessidades específicas de autoproteção das Pessoas com deficiência em situações de emergência; - Identificar medidas de autoproteção;	8	PCDI, suas famílias e profissionais na área da inclusão das Pessoas com deficiência. Outros profissionais ou outros	ONGPD; Entidades do setor social; Entidades da administração pública central e local; ONG; Ordens Profissionais,

AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO						
Tipologia	Código	Designação da ação	Objetivos	Duração (Nº horas)	Pessoas Destinatárias	Entidades Beneficiárias
			- Reconhecer a importância da criação de planos de autoproteção individuais; - Promover a colaboração entre as Pessoas com deficiência e os restantes intervenientes, de modo a garantir uma maior eficácia das medidas de autoproteção em situação de emergência.		agentes com funções ou responsabilidades na promoção da cidadania e de uma sociedade mais inclusiva.	cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial

Referencial de sensibilização e capacitação

Tipologia A

A1 - Promoção dos Direitos das Pessoas com deficiência

Duração: 12h

Modo de realização: Presencial ou à distância

Pessoas destinatárias: todos os públicos estratégicos

Objetivos:

- Compreender a importância da promoção dos direitos das Pessoas com deficiência;
- Reconhecer o papel individual e coletivo de cada pessoa enquanto agente promotor da inclusão das Pessoas com deficiência.

Temas:

- Compreender os conceitos de deficiência e a diversidade;
- Mudanças históricas nos paradigmas de inclusão de pessoas com deficiência;
- Barreiras ao exercício dos direitos;
- Direitos fundamentais das Pessoas com deficiência:
 - Documentos enquadramentos nacionais e internacionais;
 - Igualdade de oportunidades e não discriminação;
 - A importância da autonomia e participação das Pessoas com deficiência;
 - A acessibilidade como condição da inclusão.
- Boas práticas promotoras da inclusão das Pessoas com deficiência;
- O papel de diferentes agentes na promoção da inclusão.

Entidades Beneficiárias: todas as entidades elegíveis.

Tipologia B

B1 - Sistema de direitos das Pessoas com deficiência

Duração: 12h

Modo de realização: Presencial ou à distância

Pessoas destinatárias: PCDI, suas famílias e profissionais que desempenham funções em ONGPD e respostas sociais dirigidas a PCDI

Objetivos:

- Compreender o quadro legal e normativo de referência, nacional e internacional relativo aos direitos das Pessoas com deficiência;
- Identificar os mecanismos disponíveis para a proteção e promoção dos direitos das Pessoas com deficiência em Portugal;
- Sensibilizar para a necessidade de uma articulação permanente entre diversos agentes e intervenientes, para garantir a implementação de práticas alinhadas com o sistema de direitos.

Temas:

- Normativos internacionais: A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com deficiência (CDPD) e outros instrumentos de referência;
- Quadro legal nacional:
 - Constituição da República Portuguesa;
 - Lei n.º 38/2004, de 18 de agosto;
 - Decreto-Lei n.º 202/96, de 23 de outubro, na sua redação atual;
 - Lei n.º 46/2006, de 28 de agosto, na redação atual;
 - Lei n.º 49/2018, de 14 de agosto.
- Princípios fundamentais: Igualdade, não discriminação, acessibilidade e participação;
- Agentes do sistema de promoção de direitos;
- Mecanismos de reclamação;
- Benefícios e apoios disponíveis:
 - Sistema de atribuição de produtos de apoio (SAPA);
 - Sistema nacional de intervenção precoce na infância (SNIPI);
 - Prestações sociais;
 - Respostas sociais;
 - Cuidador informal;
 - Benefícios fiscais.
- O papel das organizações e sociedade civil na promoção dos direitos.

Entidades Beneficiárias: ONGPD. Entidades da administração pública central e local.

B2 - Intervenção centrada na pessoa

Duração: 8h

Modo de realização: Presencial ou à distância

Pessoas destinatárias: Profissionais que desempenham funções em ONGPD ou respostas sociais na área da deficiência. Outros profissionais e agentes com funções ou responsabilidades na promoção da cidadania e de uma sociedade mais inclusiva.

Objetivos:

- Compreender os princípios e valores da intervenção centrada na pessoa, reconhecendo a sua importância para a promoção dos direitos das pessoas com deficiência;
- Reconhecer a importância da intervenção responder às necessidades específicas de cada pessoa com deficiência;
- Promover a aplicação da abordagem centrada na pessoa nos contextos de apoio, garantindo que as necessidades e preferências da pessoa com deficiência sejam respeitadas nas decisões e práticas de inclusão.

Temas:

- Introdução à Intervenção Centrada na Pessoa:
- Definição e princípios fundamentais: dignidade, autodeterminação e igualdade;
- Relação com os direitos humanos e as convenções internacionais;
- Foco na pessoa: Promoção da participação ativa.
- Necessidades Específicas das Pessoas com Deficiência:
- Identificação de necessidades específicas;
- Ferramentas do planeamento centradas na pessoa;
- Envolvimento da pessoa com deficiência na definição de objetivos e no planeamento de intervenções.
- Estratégias de Aplicação da Intervenção Centrada na Pessoa.

Entidades Beneficiárias: ONGPD; Entidades do setor social.

B3 - Regime jurídico do maior acompanhado

Duração: 6h

Modo de realização: Presencial ou à distância

Pessoas destinatárias: PCDI, suas famílias e profissionais que desempenham funções em ONGPD e respostas sociais dirigidas a PCDI.

Objetivos:

- Compreender o enquadramento legal do regime jurídico do maior acompanhado (RJMA) em Portugal, identificando os seus princípios, objetivos e destinatários;
- Reconhecer os direitos e deveres das Pessoas com deficiência no âmbito deste regime;
- Conhecer o processo de aplicação do RJMA, desde o requerimento até à decisão, e o papel dos diferentes intervenientes;
- Identificar as responsabilidades do acompanhante, compreendendo o seu impacto no apoio à pessoa acompanhada.

Temas:

- Origem e fundamentos legais: Lei n.º 49/2018, de 14 de agosto;
- Princípios orientadores: respeito pela dignidade, autonomia e vontade da pessoa acompanhada;
- Objetivos do RJMA;
- Destinatários;
- Direitos e deveres das pessoas acompanhadas;
- Etapas do processo;
- Intervenientes no processo;
- Funções do acompanhante;
- Impacto no quotidiano da pessoa acompanhada.

Entidades Beneficiárias: ONGPD; entidades da administração pública central.

B4 - Autonomia e vida independente

Duração: 8h

Modo de realização: Presencial ou à distância

Pessoas destinatárias: PCDI, suas famílias e profissionais que desempenham funções em ONGPD e respostas sociais dirigidas a PCDI.

Objetivos:

- Reconhecer a importância da autonomia e da vida independente como pilares fundamentais para a inclusão e a efetivação dos direitos das Pessoas com deficiência;
- Compreender os princípios subjacentes à promoção dos direitos das Pessoas com deficiência, com enfoque na autodeterminação e na participação ativa na sociedade;
- Promover atitudes que incentivem a participação ativa das Pessoas com deficiência na tomada de decisões que afetam as suas vidas.

Temas:

- Conceitos-chave: autonomia e vida independente;
- Princípios fundamentais: autodeterminação e participação;
- Relação com os direitos humanos: igualdade, dignidade e participação plena;
- Barreiras à autonomia;
- Obstáculos à autodeterminação;
- Apoios na promoção da autonomia e vida independente;
- O papel dos diferentes agentes na inclusão;
- Práticas promotoras da inclusão.

Entidades Beneficiárias: ONGPD.

B5 - *Self advocacy* e autorrepresentação

Duração: 8h

Modo de realização: Presencial ou à distância

Pessoas destinatárias: Pessoas com deficiência ou incapacidade.

Objetivos:

- Compreender o conceito de *self advocacy* e o seu papel na promoção dos direitos das Pessoas com deficiência;
- Reconhecer a importância da autorrepresentação como ferramenta essencial para a participação ativa nas decisões que afetam a vida pessoal e comunitária;
- Reconhecer o papel enquanto agente de mudança e defensor dos próprios direitos e dos direitos da comunidade.

Temas:

- Conceitos-chave: *self advocacy* e autorrepresentação;
- Movimentos sociais;
- Relação com os direitos humanos e a inclusão social;
- A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com deficiência;
- A Estratégia Europeia para os Direitos das Pessoas com deficiência: 2021-2030;
- Práticas promotoras de *self advocacy* e autorrepresentação.

Entidades Beneficiárias: ONGPD.

B6 - Promoção da qualidade de vida das Pessoas com deficiência

Duração: 8h

Modo de realização: Presencial ou à distância

Pessoas destinatárias: PCDI, suas famílias e profissionais que desempenham funções em ONGPD e respostas sociais dirigidas a PCDI.

Objetivos:

- Compreender o conceito de qualidade de vida;
- Reconhecer a importância da participação ativa das Pessoas com deficiência na promoção da sua qualidade de vida;
- Incentivar a criação e desenvolvimento de parcerias e redes de apoio.

Temas:

- Conceito de qualidade de vida:
 - Dimensões: desenvolvimento pessoal, bem-estar e inclusão social;
 - A autodeterminação, a cidadania e os direitos como variáveis fundamentais à qualidade de vida das Pessoas com deficiência.
- Estratégias de promoção da qualidade de vida:
 - Avaliação das necessidades da Pessoa com deficiência;
 - Escalas de Qualidade de Vida;
 - Elaboração de planos individuais;
 - Adoção de metodologias participativas.
- A importância da existência de parcerias e redes de apoio na promoção da qualidade de vida das Pessoas com deficiência:
 - O papel dos diversos agentes na promoção da inclusão;
 - Boas práticas no desenvolvimento de redes de apoio.

Entidades Beneficiárias: ONGPD; Entidades do setor social; Entidades da administração pública central e local; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial

B7 - Mediação Individualizada para a Inclusão

Duração: Até 30h

Modo de realização: Presencial

Pessoas destinatárias: Pessoas com deficiência e suas famílias.

Objetivos:

- Apoiar Pessoas com deficiência na transição entre vida escolar e projetos na comunidade; projetos de vida independente, de desinstitucionalização, etc.

Temas:

- Identificação de objetivos de vida (a voz, desejos e expectativas da Pessoa com deficiência na construção do seu caminho);
- Criação de um plano individual (um plano estruturado e tangível que motive a Pessoa e que vai de encontro aos seus desejos);
- Identificação dos apoios especializados disponíveis (os profissionais, as organizações, as medidas específicas para Pessoas com deficiência em cada contexto);
- Identificação dos apoios naturais disponíveis (apoios não pagos que facilitam a deslocação, a realização de tarefas ou o solucionar de problemas quotidianos que poderão ser disponibilizados pelos diversos agentes, serviços e entidades da comunidade);
- O processo de candidatura e admissão à atividade (procura, candidatura, entrevista);
- O processo de integração (como se integrar na atividade, usando o seu potencial e respeitando a dinâmica do local – adaptações, acompanhamento e autonomia);
- O processo de manutenção e melhoria (desenvolvimento pessoal, manutenção de competências e qualidade de vida e envelhecimento);
- O processo de mudança como escolha ou necessidade (num contexto de inclusão, como lidar com novos desafios, desejos e envelhecimento).

Entidades Beneficiárias: ONGPD.

Tipologia C

C1 - A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com deficiência

Duração: 8h

Modo de realização: Presencial ou à distância

Pessoas destinatárias: Profissionais que desempenham funções em ONGPD e respostas sociais dirigidas a PCDI. Outros profissionais e agentes com funções ou responsabilidades na promoção da cidadania e de uma sociedade mais inclusiva.

Objetivos:

- Compreender os princípios fundamentais e os objetivos da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com deficiência (CDPD);
- Reconhecer a importância da CDPD como instrumento internacional de proteção e promoção dos direitos das Pessoas com deficiência;
- Conhecer os artigos da CDPD e a sua aplicação prática nas políticas e práticas de inclusão em Portugal;
- Incorporar os princípios da CDPD no planeamento e implementação de estratégias de inclusão.

Temas:

- A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com deficiência:
 - Contexto histórico;
 - Mudança de paradigma;
 - Conceitos-chave.
- CDPD como tratado internacional e o seu carácter vinculativo;
- Objetivos e princípios fundamentais da CDPD;
- Impacto global da CDPD;
- Direitos consagrados na CDPD;
- Direitos inovadores:
 - A Vida independente e inclusão na comunidade;
 - Participação política e pública.
- Impacto em Portugal:
 - Legislação e programas nacionais;
 - Monitorização e avaliação da CDPD.
- Estratégias promotoras da inclusão: envolvimento da comunidade.

Entidades Beneficiárias: ONGPD; Entidades do setor social; Entidades da administração pública central e local; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial

C2 - Acessibilidade para a inclusão

Duração: 8h

Modo de realização: Presencial ou à distância

Sensibilização

Pessoas destinatárias: Profissionais que desempenham funções em ONGPD e respostas sociais dirigidas a PCDI. Outros profissionais e agentes com funções ou responsabilidades na promoção da cidadania e de uma sociedade mais inclusiva. Outros profissionais e agentes com funções ou responsabilidades na promoção da cidadania e de uma sociedade mais inclusiva.

Objetivos:

- Compreender os principais conceitos, normativos legais e instrumentos nacionais e internacionais relacionados com a acessibilidade e os direitos das Pessoas com deficiência;
- Reconhecer a importância da acessibilidade como um direito fundamental e indispensável para a inclusão plena das Pessoas com deficiência;
- Identificar barreiras físicas, comunicacionais, digitais e atitudinais que dificultam a participação das Pessoas com deficiência na sociedade;

Temas:

- Introdução à inclusão:
 - Modelo relacional da deficiência;
 - Compreender o conceito inclusão;
 - Identificar e compreender os impactos das barreiras à inclusão.
- Introdução à acessibilidade:
 - Conceito de acessibilidade;
 - Enquadramento legal e normativo nacional e internacional;
 - Princípios do design universal.
- Assegurar acessibilidade no ambiente construído:
 - Conhecer a legislação nacional em vigor;
 - Compreender as normas técnicas de acessibilidade, anexo do Regime Jurídico de Acessibilidade e Norma Portuguesa NP 4520:2019;
- Conhecer os requisitos de acessibilidade digital e a documentos
- Ferramentas e estratégias para a eliminação de barreiras de acessibilidade.

Entidades Beneficiárias: ONGPD; Entidades do setor social; Entidades da administração pública central e local; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial

C3 - Acessibilidade no ambiente construído

Duração: 12h

Modo de realização: Presencial ou à distância

Pessoas destinatárias: Profissionais da administração central e local com responsabilidades na área e cuja atividade se relacione com as acessibilidades ao meio construído. Profissionais de arquitetura e engenharia.

Objetivos:

- Identificar os principais requisitos técnicos e normativos relacionados com a acessibilidade no ambiente construído;
- Reconhecer a importância de eliminar barreiras arquitetónicas e urbanísticas para garantir a igualdade de acesso e utilização por parte das Pessoas com deficiência;
- Promover a integração de práticas de design inclusivo em todas as fases de desenvolvimento de projetos, considerando as necessidades de todas as pessoas.

Temas:

- Conceito de acessibilidade e sua aplicação no ambiente construído;
- A acessibilidade como um direito fundamental e um pilar da inclusão social;
- Enquadramento legal e normativo nacional e internacional;
- Impacto das barreiras no dia a dia das Pessoas com deficiência;
- Princípios gerais de design inclusivo;
- Normas aplicáveis ao espaço público;
- Requisitos mínimos das Normas Técnicas de Acessibilidade, anexo do Regime Jurídico de Acessibilidade e Norma Portuguesa NP 4520:2019:
- Ferramentas e recursos técnicos: manuais, softwares;
- Processos participativos e integração do design inclusivo
 - Planeamento inicial com consulta a Pessoas com deficiência ou associações representativas;
 - Desenvolvimento de soluções que beneficiem todos os utilizadores;
 - Testes e validações antes da implementação;
- Boas práticas nacionais e internacionais.

Entidades Beneficiárias: ONGPD; Entidades da administração pública central e local; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial

C4 - Acessibilidade digital

Duração: 8h

Modo de realização: Presencial ou à distância

Pessoas destinatárias: Profissionais cuja atividade se relacione com as acessibilidades digitais. Outros profissionais e agentes com funções ou responsabilidades na promoção da cidadania e de uma sociedade mais inclusiva.

Objetivos:

- Reconhecer a importância da acessibilidade digital como um direito essencial para garantir a inclusão das Pessoas com deficiência;
- Identificar os principais requisitos de acessibilidade digital;
- Promover a acessibilidade digital como parte integrante de políticas e estratégias organizacionais, sensibilizando equipas e stakeholders para a sua importância.

Temas:

- Conceito de Acessibilidade Digital;
- Enquadramento legal e normativo nacional e internacional;
- A relação entre acessibilidade digital e inclusão social;
- Benefícios da acessibilidade digital para diferentes stakeholders (Pessoas com deficiência, organizações e sociedade);
- Requisitos e Normas de Acessibilidade Digital:
 - Introdução às *Web Content Accessibility Guidelines* (WCAG);
 - Os princípios da acessibilidade digital: perceível, operável, compreensível e robusto;
 - Exemplos práticos de barreiras digitais e soluções acessíveis.
- Implementação da Acessibilidade Digital nas Organizações:
 - Acessibilidade digital como estratégia organizacional: sensibilização de equipas, stakeholders e decisores;
 - Diagnóstico e avaliação da acessibilidade digital (ferramentas e metodologias);
 - Boas práticas na inclusão de critérios de acessibilidade em websites, aplicações móveis e documentos eletrónicos.

Entidades Beneficiárias: ONGPD; Entidades da administração pública central e local; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial; EPE.

C5 - Acessibilidade à informação e comunicação

Duração: 8h

Modo de realização: Presencial ou à distância

Pessoas destinatárias: Profissionais cuja atividade se relacione com as acessibilidades à informação e comunicação. Outros profissionais e agentes com funções ou responsabilidades na promoção da cidadania e de uma sociedade mais inclusiva.

Objetivos:

- Reconhecer a importância da acessibilidade à informação e comunicação como elemento essencial para a inclusão das Pessoas com deficiência e para o exercício pleno dos seus direitos;
- Identificar barreiras que dificultam o acesso à informação por parte das Pessoas com deficiência;
- Sensibilizar para a importância de utilizar plataformas e tecnologias acessíveis, promovendo o acesso universal à informação e à comunicação.

Temas:

- Conceito de Acessibilidade;
- Dimensões da acessibilidade;
- Enquadramento legal e normativo nacional e internacional;
- A relação entre acessibilidade e inclusão social;
- Barreiras Comunicacionais e atitudinais;
- Práticas e Ferramentas para a Promoção da Acessibilidade: descrições de imagens, audiodescrição, legendagem e interpretação em Língua Gestual Portuguesa (LGP); leitura fácil; linguagem pictográfica;
- Plataformas e Tecnologias Acessíveis:
 - Apresentação de ferramentas que promovem a acessibilidade:
 - Leitores de ecrã (NVDA, JAWS);
 - Ferramentas de legendagem automática;
 - A verificação da acessibilidade em documentos digitais;
 - Critérios de Acessibilidade para Conteúdos Web (WCAG).
- Boas Práticas em matéria de acessibilidade à informação e comunicação.

Entidades Beneficiárias: ONGPD; Entidades da administração pública central e local; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial

C6 - Atendimento Inclusivo

Duração: 12h

Modo de realização: Presencial ou à distância

Pessoas destinatárias: Profissionais cuja atividade se relacione com o atendimento.

Objetivos:

- Reconhecer a importância de um atendimento inclusivo como um direito e um meio para promover a igualdade de oportunidades;
- Identificar as necessidades específicas das Pessoas com deficiência;
- Assegurar um atendimento mais inclusivo;
- Promover uma cultura de atendimento inclusivo nas organizações, sensibilizando para a adoção de práticas que eliminem barreiras e fomentem a inclusão.

Temas:

- O que significa ser inclusivo no atendimento: direitos e igualdade de oportunidades;
- Práticas de atendimento inclusivo:
 - Condições do ambiente;
 - Adaptação da comunicação;
 - Atitude e relacionamento
- As necessidades específicas das Pessoas com deficiência nos vários tipos de atendimento (presencial, telefónico e online);
- O papel das organizações e dos diferentes agentes na inclusão:
 - A importância da formação contínua;
 - Monitorização e *feedback*;
 - Boas Práticas do atendimento inclusivo.

Entidades Beneficiárias: Entidades da administração pública central e local; ONGPD.

C7 - Linguagem e comunicação inclusiva

Duração: 8h

Modo de realização: Presencial ou à distância

Pessoas destinatárias: Profissionais na área da inclusão das Pessoas com deficiência. Profissionais de comunicação e marketing. Profissionais cuja atividade se relacione com as acessibilidades à informação e comunicação. Outros e outras profissionais e agentes com funções ou responsabilidades na promoção da cidadania e de uma sociedade mais inclusiva.

Objetivos:

- Reconhecer a importância da linguagem inclusiva como ferramenta essencial para promover a inclusão, a igualdade de oportunidades e a participação das Pessoas com deficiência;
- Identificar barreiras comunicacionais e vieses inconscientes que podem influenciar o pensamento e a linguagem;
- Adotar práticas de comunicação acessível, desenvolvendo materiais informativos e de comunicação em formatos acessíveis;
- Promover a comunicação inclusiva como parte de estratégias organizacionais, sensibilizando para a sua relevância na construção de ambientes seguros e inclusivos.

Temas:

- A comunicação como veículo de inclusão;
- O impacto da linguagem na perceção e representação das Pessoas com deficiência;
- Regras básicas da linguagem inclusiva;
- Terminologia: linguagem centrada na pessoa e eliminação de expressões capacitistas;
- Barreiras comunicacionais: estratégias para identificar e ultrapassar barreiras;
- Práticas de linguagem inclusiva nos diferentes tipos de comunicação;
- Integração da comunicação inclusiva nas estratégias organizacionais:
 - Boas práticas institucionais e a importância da integração de novas pessoas no ambiente corporativo;
 - Sensibilização e formação contínua;
 - Exemplos de materiais institucionais acessíveis (documentos, websites, redes sociais, apresentações, eventos).

Entidades Beneficiárias: ONGPD; Entidades do setor social; Entidades da administração pública central e local; ONG; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial

C8 - Capacitismo – desconstruindo estereótipos

Duração: 6h

Modo de realização: Presencial ou à distância

Pessoas destinatárias: Profissionais na área da inclusão das Pessoas com deficiência. Profissionais de comunicação e marketing. Profissionais cuja atividade se relacione com as acessibilidades à informação e comunicação. Outros profissionais e agentes com funções ou responsabilidades na promoção da cidadania e de uma sociedade mais inclusiva.

Objetivos:

- Reconhecer o capacitismo como uma forma de discriminação;
- Identificar estereótipos e preconceitos associados à deficiência, compreendendo as suas consequências e vieses inconscientes;
- Reconhecer a importância de desconstruir crenças e atitudes capacitistas, adotando uma postura crítica e reflexiva perante práticas discriminatórias.

Temas:

- Conceito de capacitismo;
- Representações sociais da deficiência ao longo da história:
 - Estereótipos e preconceitos mais comuns associados à deficiência;
 - Consequências do capacitismo na vida das Pessoas com deficiência.
- Desconstrução de crenças e atitudes capacitistas:
 - As atitudes e práticas do dia a dia;
 - Estratégias para promover uma sociedade mais inclusiva.

Entidades Beneficiárias: ONGPD; Entidades do setor social; Entidades da administração pública central e local.

C9 - Mediação para a inclusão

Duração: 8h

Modo de realização: Presencial ou à distância

Pessoas destinatárias: PCDI, suas famílias e profissionais que desenvolvem atividades no domínio da inclusão das Pessoas com deficiência.

Objetivos:

- Compreender o conceito de mediação para a inclusão e o seu papel na promoção da igualdade de oportunidades;
- Reconhecer os princípios e as práticas da mediação para a inclusão;
- Sensibilizar as famílias e profissionais para a criação de soluções colaborativas e inclusivas durante a mediação, respeitando os direitos, a individualidade e a autodeterminação das Pessoas com deficiência.

Temas:

- O conceito de mediação;
- A importância da mediação na promoção dos direitos das Pessoas com deficiência;
- O impacto da mediação na participação social, educativa, profissional e comunitária;
- Princípios da mediação para a inclusão:
 - Respeito pela autonomia e autodeterminação;
 - Promoção da igualdade e da equidade;
 - Construção de um diálogo aberto e transparente;
 - Participação e Cooperação entre todas as partes envolvidas.
- Práticas da mediação para a inclusão:
 - Técnicas de escuta ativa e comunicação eficaz;
 - Estratégias para resolução de conflitos e negociação;
 - Adaptação das abordagens às necessidades específicas da Pessoa com deficiência.
- O papel de diferentes agentes na mediação para a inclusão;
- Boas práticas na mediação para a inclusão.

Entidades Beneficiárias: ONGPD; Entidades do setor social; Entidades da administração pública central e local; ONG; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial

C10 - Mediação familiar

Duração: 12h

Modo de realização: Presencial ou à distância

Pessoas destinatárias: PCDI, suas famílias e profissionais na área da inclusão das Pessoas com deficiência.

Objetivos:

- Compreender o conceito de mediação, identificando os seus princípios, objetivos e benefícios para a resolução de conflitos no contexto familiar das Pessoas com deficiência;
- Identificar situações em que a mediação familiar pode ser aplicada, assegurando a proteção dos direitos e interesses das Pessoas com deficiência e das suas famílias;
- Conhecer os papéis e responsabilidades do e das mediadoras e das partes.

Temas:

- Conceito de mediação e a sua relevância no contexto familiar das Pessoas com deficiência;
- Princípios fundamentais:
 - Neutralidade e imparcialidade do ou da mediadora;
 - Confidencialidade do processo;
 - Comunicação eficaz e cooperação;
 - Consenso ou acordo.
- Objetivos e benefícios da mediação familiar:
 - Prevenção e resolução de conflitos;
 - Reforço da comunicação e das perspetivas de entendimento das partes;
 - Redução da intensidade do conflito e do impacto emocional dos conflitos no bem-estar e estabilidade emocional da Pessoa com deficiência;
 - Regulação das responsabilidades e das obrigações das pessoas afetadas pelo conflito. Promoção da tomada de decisões conjuntas, respeitando as necessidades individuais.
- Situações comuns da aplicação da mediação familiar:
 - Resolução de conflitos e regulação de responsabilidades;
 - Salvaguarda dos direitos e das responsabilidades das Pessoas com deficiência;
 - Boas práticas em casos de mediação familiar.
- Papéis e responsabilidades da ou do mediador e das partes no processo de mediação.

Entidades Beneficiárias: ONGPD; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial Entidades da administração pública central e local.

C11 - Mediação escolar

Duração: 12h

Modo de realização: Presencial ou à distância

Pessoas destinatárias: PCDI, suas famílias. Docentes e outros profissionais com responsabilidades no domínio do regime da educação inclusiva. Associações de pais.

Objetivos:

- Compreender os princípios da mediação escolar, reconhecendo a sua importância para promover a inclusão;
- Reconhecer a importância de identificar as necessidades específicas dos/as alunos/as com deficiência em contexto escolar;
- Promover a colaboração entre família, profissionais de educação e alunos com deficiência no processo de mediação escolar;
- Sensibilizar todos os envolvidos no processo escolar para a importância de uma abordagem inclusiva na resolução de conflitos, promovendo um ambiente escolar que respeite a diversidade.

Temas:

- Conceito de mediação escolar;
- A importância da mediação em contexto escolar e os benefícios para os diferentes agentes (alunos, famílias e profissionais da educação);
- O papel do mediador escolar;
- Identificação das necessidades específicas dos/as alunos/as com deficiência:
 - Barreiras à aprendizagem e à participação.
 - Medidas de suporte à inclusão.
- O papel do envolvimento familiar na mediação escolar;
- Ferramentas e estratégias para uma comunicação eficaz entre os diferentes agentes;
- Programas educativos individuais e a partilha de responsabilidades;
- Abordagem inclusiva na resolução de conflitos:
 - Identificação de situações de conflito e discriminação.
 - Estratégias de mediação para a promoção de um ambiente escolar inclusivo.
 - Boas práticas para a prevenção e gestão de conflitos.

Entidades Beneficiárias: ONGPD; Entidades da administração pública central e local; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial

C12 - Mediação laboral e *job tutor*

Duração: 12h

Modo de realização: Presencial ou à distância

Pessoas destinatárias: PCDI, suas famílias. Profissionais na área dos recursos humanos.

Objetivos:

- Compreender o conceito de mediação laboral e o papel do *job tutor* como ferramentas essenciais para promover a inclusão e o sucesso profissional das Pessoas com deficiência no ambiente de trabalho;
- Identificar as necessidades específicas dos trabalhadores com deficiência no contexto laboral, aplicando estratégias de mediação para resolver conflitos e promover uma integração plena e eficaz;
- Aplicar boas práticas de mediação laboral para garantir um ambiente de trabalho inclusivo, acessível e respeitoso, promovendo a colaboração entre todos os envolvidos, incluindo o trabalhador, o empregador e os colegas de trabalho;
- Sensibilizar as famílias e os profissionais para a importância de criar uma rede de apoio eficaz, envolvendo o *job tutor*, a equipa de recursos humanos e os serviços de apoio à inclusão, assegurando a plena integração das Pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Temas:

- Conceito de mediação laboral e sua relevância na inclusão profissional;
- Papel e responsabilidades do *job tutor* na integração e acompanhamento do trabalhador com deficiência;
- Identificação das necessidades específicas dos trabalhadores com deficiência:
 - Importância da adaptação do posto de trabalho e das condições laborais;
 - Estratégias para um ambiente de trabalho inclusivo.
- Estratégias de mediação laboral:
 - Métodos de resolução de conflitos em contexto laboral;
 - Técnicas para promover um diálogo eficaz entre trabalhadores, empregadores e equipas de recursos humanos;
 - Implementação de práticas inclusivas para garantir a igualdade de oportunidades.
- Boas práticas para um ambiente de trabalho baseadas na diversidade e inclusão;
- Envolvimento dos diferentes agentes na rede de apoio.

Entidades Beneficiárias: ONGPD; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial

C13 - Planos Individuais de Transição

Duração: 8h

Modo de realização: Presencial ou à distância

Pessoas destinatárias: Docentes e outros profissionais com responsabilidades no domínio da educação inclusiva. Associações de pais.

Objetivos:

- Compreender os princípios e a importância dos Planos Individuais de Transição (PIT), reconhecendo o seu papel na preparação de discentes com deficiência na transição para a vida adulta;
- Reconhecer a importância de envolver os alunos no processo de construção do seu PIT, assegurando que as suas preferências e aspirações sejam consideradas;
- Promover uma abordagem integrada entre a escola e as diversas entidades envolvidas no PIT, com vista a criar uma rede de apoio que facilite a transição do aluno para a vida adulta.

Temas:

- Conceito e enquadramento legal dos planos individuais de transição no regime jurídico da educação inclusiva;
- Objetivos dos PIT: preparação para a vida adulta, autonomia e inclusão social e profissional;
- Princípios orientadores:
 - Educabilidade universal;
 - Equidade;
 - Inclusão;
 - Flexibilidade;
 - Autodeterminação.
- Importância da autodeterminação na capacitação de discentes;
- Estratégias para envolver os alunos na definição dos seus objetivos e aspirações;
- Ferramentas para apoiar a tomada de decisão informada e realista por parte de discentes e famílias;
- Identificação de parceiros estratégicos para o sucesso do PIT (empresas, centros de emprego, serviços de apoio à inclusão, organizações de formação profissional, entre outros);
- O papel e responsabilidades dos diversos intervenientes na elaboração e implementação do PIT;
- Importância do trabalho colaborativo entre escola, família e outros intervenientes;
- Estratégias para apoiar a família no acompanhamento do processo de transição;

Entidades Beneficiárias: ONGPD; Entidades da administração pública central e local; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial

C14 - Empregar Pessoas com deficiência – vantagens, condições e recursos

Duração: 4h

Modo de realização: Presencial ou à distância

Pessoas destinatárias: Dirigentes e equipas de recursos humanos.

Objetivos:

- Compreender as vantagens corporativas de contratar Pessoas com deficiência;
- Conhecer condições necessárias à integração e desenvolvimento profissional das Pessoas com deficiência;
- Conhecer os apoios à contratação de Pessoas com deficiência.

Temas:

- A importância dos valores e práticas corporativas e que promovam e assegurem a diversidade, a inclusão e o desenvolvimento de potencial;
- Acessibilidades comunicacionais, de informação e físicas;
- Integração e acompanhamento;
- Apoios à contratação:
 - Emprego Apoiado;
 - Estágios;
 - Apoios à adaptação de posto de trabalho (SAPA);
 - O papel das parcerias com as ONGPD.

Entidades Beneficiárias: ONGPD; ONG Entidades do setor social; Entidades da administração pública central e local. Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial

C15 - Vieses inconscientes e microagressões em ambientes corporativos

Duração: 8h

Modo de realização: Presencial ou à distância

Pessoas destinatárias: Profissionais da área da gestão de pessoas. Dirigentes, técnicas e técnicos setor público e privado.

Objetivos:

- Compreender os conceitos de vieses inconscientes e microagressões, reconhecendo como estas atitudes afetam as Pessoas com deficiência e comprometem a construção de ambientes corporativos inclusivos;
- Identificar exemplos de vieses inconscientes e microagressões em contextos profissionais;
- Promover estratégias para prevenir e gerir microagressões em ambientes corporativos, assegurando que as práticas e políticas organizacionais promovam a inclusão;
- Sensibilizar para a importância de criar uma cultura corporativa inclusiva, eliminando atitudes e comportamentos que reforcem discriminações ou estereótipos em relação às Pessoas com deficiência.

Temas:

- Conceito e impacto dos vieses inconscientes no contexto organizacional;
- Vieses mais comuns que afetam Pessoas com deficiência no mercado de trabalho;
- Conceito de microagressões e a sua manifestação no local de trabalho;
- Efeitos das microagressões sobre os trabalhadores;
- Estratégias para a prevenção e gestão de microagressões:
 - A importância da comunicação inclusiva;
 - Desenvolvimento de competências para a escuta ativa e a empatia;
 - Intervenção e gestão em situações de microagressões no ambiente de trabalho;
 - Políticas internas para promover um ambiente respeitoso e inclusivo.
- Construção de uma cultura corporativa inclusiva:
 - A importância da liderança na promoção da inclusão;
 - Boas práticas organizacionais para combater vieses e microagressões.

Entidades Beneficiárias: ONGPD; Entidades do setor social; Entidades da administração pública central e local; ONG; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial

C16 - Planos organizacionais para a inclusão

Duração: 12h

Modo de realização: Presencial ou à distância

Pessoas destinatárias: Profissionais na área dos recursos humanos e desenvolvimento organizacional.

Objetivos:

- Compreender a importância de implementar planos organizacionais para a inclusão, reconhecendo o seu papel na promoção dos direitos das Pessoas com deficiência e na construção de ambientes inclusivos;
- Identificar os elementos essenciais de um plano organizacional para a inclusão;
- Reconhecer a importância de avaliar e monitorizar a eficácia dos planos organizacionais para a inclusão.

Temas:

- Inclusão no contexto organizacional: construção de ambientes inclusivos:
 - O impacto da inclusão no contexto organizacional.
- Enquadramento legal e normativo nacional e internacional;
- Importância dos planos organizacionais para a inclusão:
 - Importância da promoção da diversidade nas organizações;
 - Papel estratégico da gestão de pessoas e do desenvolvimento organizacional;
 - Boas práticas.
- Elementos de um plano organizacional para a inclusão:
 - Diagnóstico e levantamento de necessidades;
 - Definição de objetivos e metas;
 - Estratégias e ações para promoção da inclusão (recrutamento, acessibilidades, cultura organizacional, formação e sensibilização, entre outros);
 - Recursos necessários e envolvimento das partes interessadas.
- A importância da avaliação e monitorização dos planos organizacionais:
 - Ferramentas e indicadores de avaliação;
 - Ajustes e melhorias contínuas;
 - Relatórios e comunicação de resultados.
- O papel fundamental da comunicação.

Entidades Beneficiárias: ONGPD; ONG, Entidades do setor social; Entidades da administração pública central e local; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial

C17 - Gestão por competências e desenvolvimento profissional de Pessoas com deficiência

Duração: 12h

Modo de realização: Presencial ou à distância

Pessoas destinatárias: Profissionais na área dos recursos humanos e desenvolvimento organizacional.

Objetivos:

- Compreender a importância da gestão por competências e do desenvolvimento profissional de Pessoas com deficiência no contexto organizacional, reconhecendo o valor da diversidade e a inclusão como fatores de sucesso;
- Reconhecer a importância de implementar processos de gestão por competências que favoreçam a adaptação e o desenvolvimento profissional;
- Promover o desenvolvimento de planos de carreira, que assegurem a igualdade de oportunidades;
- Sensibilizar a organização para a importância de criar um ambiente de trabalho inclusivo.

Temas:

- Gestão por Competências e seus benefícios;
- Benefícios da diversidade e da inclusão para as organizações;
- Como alinhar a Gestão por Competências e as estratégias organizacionais;
- Desenvolvimento e valorização das competências individuais e organizacionais;
- Gestão por competências e as Pessoas com deficiência— abordagem centrada na pessoa e nas suas capacidades;
- Importância da integração e acompanhamento;
- Avaliação de desempenho, formação, e planos de desenvolvimento profissional para Pessoas com deficiência;
- Ambientes de trabalho inclusivos:
 - Identificação e eliminação de barreiras;
 - Estratégias para um recrutamento e seleção inclusivo;
 - Cultura organizacional inclusiva e sensibilização interna;
 - Comunicação acessível e inclusiva;
 - Prevenção do assédio e *bullying*;

Entidades Beneficiárias: ONGPD; Entidades do setor social; ONG; Entidades da administração pública central e local; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial

C18 - Planos locais para a cidadania e inclusão

Duração: 12h

Modo de realização: Presencial ou à distância

Pessoas destinatárias: Dirigentes e técnicos/as da administração pública local.

Objetivos:

- Compreender a importância dos planos locais para a promoção da cidadania e inclusão das Pessoas com deficiência, enquanto instrumentos estratégicos de transformação social;
- Identificar os principais desafios e oportunidades na implementação de iniciativas locais que promovam a inclusão e os direitos das Pessoas com deficiência;
- Promover práticas colaborativas na definição de estratégias locais, envolvendo diferentes stakeholders, incluindo Pessoas com deficiência, suas famílias e organizações representativas;
- Sensibilizar para a necessidade de criar iniciativas locais que assegurem acessibilidade universal, igualdade de oportunidades e o pleno exercício da cidadania.

Temas:

- O papel da administração pública local na promoção da inclusão;
- Enquadramento legal e normativo nacional e internacional;
- Definição e objetivos dos planos locais de cidadania e inclusão;
- Principais barreiras à inclusão das Pessoas com deficiência a nível local;
- Oportunidades e boas práticas na promoção da acessibilidade e participação;
- Estratégias para a Definição e Implementação de Planos Locais:
 - Diagnóstico das necessidades com o envolvimento da comunidade;
 - Planeamento e definição de objetivos;
 - Medidas e ações para garantir acessibilidade universal, igualdade de oportunidades e participação ativa;
 - Monitorização e avaliação do impacto das iniciativas locais.
- Promoção de Práticas Colaborativas e Participação Ativa:
 - Envolvimento das Pessoas com deficiência, famílias e organizações representativas;
 - Parcerias interinstitucionais e cooperação entre setores.
- A importância das autarquias na promoção de uma cultura de inclusão:
 - Formação e capacitação contínua para dirigentes e técnicos/as da administração pública local;
 - Estratégias de comunicação inclusiva e sensibilização da comunidade.

Entidades Beneficiárias: ONGPD; ONG; Entidades da administração pública local.

C19 - Conceção e avaliação de projetos inclusivos

Duração: 12h

Modo de realização: Presencial ou à distância

Pessoas destinatárias: Profissionais na área da inclusão das Pessoas com deficiência. Outros profissionais e agentes com funções ou responsabilidades na promoção da cidadania e de uma sociedade mais inclusiva.

Objetivos:

- Compreender os princípios fundamentais da inclusão e aplicá-los na conceção e gestão de projetos inclusivos;
- Mobilizar ferramentas e metodologias de gestão de projetos para implementar iniciativas inclusivas;
- Promover o envolvimento de stakeholders relevantes, incluindo Pessoas com deficiência, suas famílias e organizações representativas, na conceção e execução de projetos inclusivos;
- Reconhecer a importância de monitorizar e avaliar projetos inclusivos, garantindo que os resultados contribuem para a promoção dos direitos das Pessoas com deficiência.

Temas:

- Princípios fundamentais da inclusão;
- A importância da inclusão na conceção e gestão de projetos;
- Metodologias de gestão de projetos;
- Estratégias para a definição e implementação de projetos inclusivos:
 - Diagnóstico;
 - Planeamento e definição de objetivos e metas;
 - Medidas e ações;
 - Monitorização e avaliação.
- Envolvimento de stakeholders no desenvolvimento de projetos:
 - Identificação e mobilização de stakeholders: Pessoas com deficiência, famílias, organizações e comunidades;
 - Métodos participativos para garantir a co-criação de soluções inclusivas;
 - Construção de redes colaborativas para a implementação de iniciativas.
- A importância da avaliação e monitorização:
 - Ferramentas e indicadores de avaliação;
 - Ajustes e melhorias contínuas;
 - Comunicação de resultados;
 - Boas práticas.

Entidades Beneficiárias: ONGPD; Entidades do setor social; Entidades da administração central e local; ONG; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial

C20 - Promoção do voluntariado mais inclusivo

Duração: 8h

Modo de realização: Presencial ou à distância

Pessoas destinatárias: Pessoas com deficiência, suas famílias e profissionais na área da inclusão das Pessoas com deficiência. Outros profissionais e agentes com funções ou responsabilidades na promoção da cidadania e de uma sociedade mais inclusiva.

Objetivos:

- Reconhecer o voluntariado como ferramenta de inclusão social das Pessoas com deficiência;
- Compreender a mudança de paradigma das Pessoas com deficiência no voluntariado;
- Perceber o papel das organizações promotoras de voluntariado na promoção da inclusão das Pessoas com deficiência;
- Reconhecer a importância da prática do voluntariado por Pessoa com deficiência.

Temas:

- Conceito e princípios do voluntariado;
- O voluntariado como ferramenta de inclusão social;
- A Pessoa com deficiência como voluntária:
 - Da receção à promoção de apoios;
 - Oportunidades e desafios à prática do voluntariado.
- Organizações promotoras de voluntariado:
 - A importância de uma gestão de voluntariado mais inclusiva;
 - O impacto das parcerias e redes de suporte no programa de voluntariado;
 - Boas práticas na integração de Pessoas com deficiência no voluntariado.
- Sensibilização para a prática do voluntariado por Pessoas com deficiência:
 - O impacto da participação ativa das Pessoas com deficiência;
 - O papel dos diferentes agentes na promoção da inclusão através do voluntariado;
 - Estratégias para sensibilizar pessoas e organizações para a importância da promoção de um voluntariado mais inclusivo.

Entidades Beneficiárias: ONGPD; Entidades do setor social; Entidades da administração pública central e local; ONG; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial

C21 - Participação, representatividade e acessibilidades em projetos e equipamentos culturais

Duração: 16h

Modo de realização: Presencial ou à distância

Pessoas destinatárias: Profissionais que desenvolvem atividades em entidades e equipamentos culturais.

Objetivos:

- Compreender os princípios fundamentais da inclusão e aplicá-los na conceção e gestão de atividades e equipamentos culturais;
- Conhecer as condições, os fundamentos e as abordagens de promoção das acessibilidades ao meio contruído, de comunicação e informação no domínio das atividades e equipamentos culturais;
- Sensibilizar para importância da participação e representatividade na definição de projetos e atividades;
- Partilhar boas práticas.

Temas:

- Fundamentos da Inclusão pela cultura;
- Princípios da Inclusão e Diversidade na Cultura:
 - Conceito de inclusão cultural e diversidade;
 - Importância da acessibilidade no contexto cultural;
 - Políticas públicas de acessibilidade cultural;
 - Quadro normativo nacional e internacional e programático de referência.
- Barreiras e Desafios na Acessibilidade Cultural:
 - Barreiras físicas, comunicacionais, atitudinais e tecnológicas;
 - Desconstrução de estereótipos e preconceitos;
- Acessibilidade ao Meio Construído e Comunicação;
- Acessibilidade ao Meio Construído em Espaços Culturais:
 - Normas de acessibilidade física (rampas, sinalização, casas de banho acessíveis, etc.);
 - Design universal e adaptabilidade dos espaços culturais;
- Acessibilidade na Comunicação e Informação:
 - Comunicação inclusiva: Língua Gestual, legendas, audiodescrição, textos em Braille;
 - Tecnologias de apoio;
 - Boas práticas de comunicação inclusiva (sites, redes sociais e materiais gráficos).
- Participação e Representatividade;
- Importância da Participação e Representatividade:
 - Co-criação com Pessoas com deficiência na definição de projetos culturais;
 - Representatividade nos conteúdos artísticos e culturais.

- Estratégias de Inclusão em Programas e Atividades Culturais:
 - Planeamento inclusivo de eventos culturais;
 - Programação acessível e representativa;
 - Envolvimento de comunidades e parceiros inclusivos.
- Partilha de Boas Práticas:
 - Exemplos nacionais e internacionais de inclusão cultural;
 - Projetos culturais inclusivos de sucesso.
- Criação de um Plano de Ação Inclusivo:
 - Ferramentas e metodologias para a criação de planos de ação inclusivos;
 - Avaliação de impacto e sustentabilidade de práticas inclusivas.
- Compromisso e Implementação:
 - Elaboração de um compromisso de acessibilidade cultural;
 - Identificação de parceiros e redes de apoio.

Entidades beneficiárias: ONGPD, ONG, entidades da administração central e local. Entidades da área da cultura com estatuto EPE e do setor público empresarial.

C22 - Afetos e sexualidade: diálogo aberto para a promoção dos direitos

Duração: 12h

Modo de realização: Presencial ou à distância

Pessoas destinatárias: PCDI, suas famílias e profissionais que desempenham funções em ONGPD e respostas sociais dirigidas a PCDI. Outros profissionais e agentes com funções ou responsabilidades na promoção da cidadania e de uma sociedade mais inclusiva.

Objetivos:

- Compreender a importância dos afetos e da sexualidade como dimensões fundamentais do desenvolvimento humano, reconhecendo os direitos das Pessoas com deficiência neste âmbito;
- Identificar barreiras e preconceitos relacionados com os afetos e a sexualidade das Pessoas com deficiência, promovendo uma visão inclusiva e respeitadora da sua autonomia;
- Sensibilizar para a importância de criar contextos seguros que permitam às Pessoas com deficiência explorar e viver a sua afetividade e sexualidade;
- Identificar recursos e serviços de apoio especializados que possam ser úteis na promoção da educação para os afetos e a sexualidade no contexto das Pessoas com deficiência.

Temas:

- Afetividade e sexualidade como dimensões fundamentais do ser humano;
- Direito das Pessoas com deficiência à livre expressão afetiva e sexual;
- Barreiras e Preconceitos:
 - Estereótipos e mitos sobre a sexualidade das Pessoas com deficiência;
 - Impacto dos preconceitos na vivência da sexualidade das Pessoas com deficiência.
- Promoção de uma visão inclusiva e respeitadora da autonomia das Pessoas com deficiência;
- Identificação de contextos seguros ou de risco para a exploração da afetividade e sexualidade.
- Importância da educação para os afetos e sexualidade na promoção de relações saudáveis;
- O papel dos diversos agentes na promoção do bem-estar emocional e relacional das Pessoas com deficiência.

Entidades Beneficiárias: ONGPD; Entidades do setor social; Organizações representativas de profissionais de saúde, da educação, da ação social e da psicologia. Entidades administração pública central e local.

C23 - Prevenção da violência contra Pessoas com deficiência

Duração: 12h

Modo de realização: Presencial ou à distância

Pessoas destinatárias: PCDI, suas famílias e profissionais que desempenham funções em ONGPD e respostas sociais dirigidas a PCDI. Profissionais das forças de segurança. Profissionais de saúde. Profissionais da Justiça. Outros profissionais e agentes com funções ou responsabilidades na promoção da cidadania e da inclusão.

Objetivos:

- Identificar e compreender os diferentes tipos de violência e as suas características específicas;
- Reconhecer os direitos das Pessoas com deficiência no contexto da violência;
- Identificar os sinais que podem indicar que uma Pessoa com deficiência está a ser vítima dos diferentes tipos de violência;
- Compreender que existem condições específicas que colocam as PCD numa situação de vulnerabilidade acrescida (idade, sexo, género, orientação sexual, etnia e religião);
- Identificar estratégias de autoproteção e prevenção, que permitam mitigar situações de risco e comportamentos violentos;
- Mobilizar serviços e recursos disponíveis para apoio e intervenção em casos de violência contra Pessoas com deficiência.

Temas:

- A violência e suas diferentes formas;
- Especificidades da violência contra Pessoas com deficiência;
- Fatores de vulnerabilidade e contextos de maior risco;
- Enquadramento legal e normativo nacional e internacional;
- Mecanismos de proteção e denúncia disponíveis;
- Identificação de sinais de risco e de violência:
 - Indicadores físicos, emocionais e comportamentais;
 - Barreiras à denúncia e acesso a mecanismos de proteção;
 - Estratégias para reforçar a deteção precoce em diferentes contextos (familiar, institucional, comunitário).
- Estratégias de autoproteção e prevenção:
 - Promoção da educação sobre direitos e autonomia;
 - Estratégias para a redução do risco e situações de violência;
 - Importância da sensibilização dos diversos agentes para as práticas de apoio e proteção.
- Recursos e serviços de apoio e intervenção:
 - Serviços de apoio disponíveis;

- Importância da intervenção intersectorial e multidisciplinar;
- Boas práticas na abordagem de casos de violência contra Pessoas com deficiência.

Entidades Beneficiárias: ONGPD; ONG, Entidades do setor social; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial; Entidades da Administração pública central e local.

C24 - Medidas de autoproteção em situação de emergência

Duração: 8h

Modo de realização: Presencial ou à distância

Pessoas destinatárias: PCDI, suas famílias e profissionais na área da inclusão das Pessoas com deficiência. Outros profissionais ou outros agentes com funções ou responsabilidades na promoção da cidadania e de uma sociedade mais inclusiva.

Objetivos:

- Compreender as necessidades específicas de autoproteção das Pessoas com deficiência em situações de emergência;
- Identificar medidas de autoproteção;
- Reconhecer a importância da criação de planos de autoproteção individuais;
- Promover a colaboração entre as Pessoas com deficiência e os restantes intervenientes, de modo a garantir uma maior eficácia das medidas de autoproteção em situação de emergência.

Temas:

- Situações de emergência (ex.: incêndio, inundação, sismo, etc.):
 - Causas e efeitos;
 - Avaliação do risco;
 - A importância da comunicação clara durante uma emergência.
- Necessidades específicas de autoproteção das Pessoas com deficiência;
- Medidas de autoproteção:
 - A importância da personalização das medidas de autoproteção;
 - Estratégias gerais de autoproteção: como se preparar, agir e reagir durante situações de emergências;
 - Equipamentos e tecnologias de apoio que podem facilitar a autoproteção;
 - Exemplos de medidas de autoproteção (ex.: kit de emergência).
- Planos de autoproteção individuais:
 - Como elaborar um plano de autoproteção individualizado;
 - Envolvimento das Pessoas com deficiência na criação e implementação do plano;
 - Envolvimento dos diversos agentes no processo de preparação e execução.
- Colaboração entre Pessoas com deficiência e outros intervenientes:
 - O papel dos diversos agentes (como bombeiros, profissionais de saúde, entre outros) na resposta a Pessoas com deficiência em situações de emergência;

- A importância da criação de redes de apoio colaborativas na comunidade para garantir a eficácia das medidas de autoproteção.

Entidades Beneficiárias: ONGPD; Entidades do setor social; Entidades da administração pública central e local; ONG; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial